



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE ORIGEM Nº: 0033.083828/2021-41 – Sistema Eletrônico de Informações SEI/RO

REFERÊNCIA: AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 045/2021/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada no serviço de sanitização e desinfecção nas unidades prisionais da capital e interior pelo período de 180(cento e oitenta) dias, com possibilidade de prorrogação, conforme prever o art. 4º -H da Lei n. 13.979/2020, visando atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Justiça -SEJUS.

EMPRESAS IMPUGNANTES: COMBATE LTDA EPP, Impugnação (0017746496).

I - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

- a) Ausência de exigência de Licença Sanitária e Licença Ambiental expedidas pelo município de Porto Velho;
- b) Alega que a Lei 13.979/2021 foi revogada em 31 de dezembro de 2020 perdendo a eficácia da possibilidade de prorrogação conforme prevê o artigo 4º H da Lei nº 13.979/2020;
- c) Alega que a exigência da qualificação técnica está deslocada da para fase contratual;
- d) Alega que há ausência de indicação de equipamentos a serem utilizados na realização dos serviços, indicação de equipe mínima, comprovação do responsável técnico da empresa e planilha de composição de custos unitários conforme in 05/2017.

II - DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Em síntese, requer:

I - Que se proceda às alterações editalícias necessárias para que possa a Administração realizar a contratação da proposta mais vantajosa sem prejuízo aos participantes do certame.

III. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Antes de adentrarmos nos pontos suscitados pela impetrante, cumpri enfatizar que o processo em questão busca uma contratação direta em caráter emergencial, amparados pelo Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/1993. Não é um procedimento licitatório, por essa razão não há publicação de Edital, apenas Aviso de uma Chamada Pública para que empresas interessadas possam encaminhar suas proposta conforme as orientações no Termo de Referência. Na prática nem sequer há de se falar em impugnação, pois não houve publicação de edital. Tendo sua urgência devidamente justificada no Termo de Referência, sobretudo no que diz respeito ao combate à COVID-2019, pois os estabelecimentos prisionais são locais em que abrigam um grande número de pessoas.

No entanto buscando sanar qualquer dúvida ao certame, buscaremos aqui, esclarecer os pontos debatidos pela impetrante;

A empresa aduz que deveria ser exigida Licença Sanitária e Licença Ambiental expedidas pelo município de Porto Velho. Ocorre que o Termo de Referência já traz essa exigência, no item 19.2 letra "a" vejamos:

"Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública para prestar serviço de limpeza, desinfecção, sanitização ou descontaminação de ambientes, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA; ou Licença Sanitária Municipal ou Estadual;"

O fato é que esta exigência é apenas para a empresa que estiver apta a ser contratada, ou seja, a que oferecer o menor preço e apresentar documentação de habilitação conforme exigência do item 23 e de Qualificação Técnica item 24. O que é plenamente possível no procedimento de contratação direta. Dessa forma não há que se falar em não exigências de tais licenças.

A impetrante alega que não há que se falar em utilização da Lei Federal 13.979/2020, por entender que esta perdeu sua eficácia. Ocorre que já entrou em vigor nova legislação que possui previsão de que em processos de contratação de serviços para combate à pandemia, tais procedimentos poderão ser prorrogados, vejamos o teor do **Artigo 14 da Medida Provisória 10.047 de 03 de maio de 2021**:

Art. 14. Os contratos regidos por esta Medida Provisória terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, desde que vantajosos, e enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da pandemia da covid-19.

A impetrante, praticamente, cita os mesmos argumentos da letra "a", alegando que as exigências descritas no item 19.2, alíneas "a" e "b" deveriam ser exigências de habilitação e não apenas da contratada. Ocorre que a empresa não traz nenhum dispositivo legal que indica que tais exigências devam fazer parte do rol de documentos de habilitação. Pelo simples fato de que não há. Sendo plenamente possível e viável ante o gravíssimo cenário de saúde pública, que a apresentação de tais documentos ocorra no momento da contratação da empresa escolhida.

O último ponto suscitado pela impetrante diz respeito a ausência de indicação de equipamentos a serem utilizados na realização dos serviços, indicação de equipe mínima, comprovação do responsável técnico da empresa e planilha de composição de custos unitários conforme in 05/2017.

Entendemos por impertinente mais esse apontamento da impugnante, ao que parece a licitante sugere as alterações no Termo de Referência apenas para beneficia-la, sugerindo um alto grau de exigência para um procedimento de caráter emergencial, um contratação direta.

Especificamente, quanto a não exigência de indicação de equipamentos, indicação de equipe mínima, comprovação do responsável técnico da empresa e planilha de composição de custos unitários conforme in 05/2017. De forma direta, respondemos que o serviço demandado pela SEJUS não é de mão de obra de dedicação exclusiva, trata-se de um serviço a ser prestado apenas duas vezes ao mês, conforme item 7.5 do TR. O que torna as exigências sugeridas pela licitante totalmente descabidas.

Ante o exposto NÃO será dada razão à impugnante, não havendo necessidade de alteração no instrumento de convocação.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Pregoeiro – CEL/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 06/05/2021, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0017770618** e o código CRC **C8F7E92F**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0033.083828/2021-41

SEI nº 0017770618